

QUESTÃO INDÍGENA

Tiroteio deixa dois índios mortos e fere cinco em Santa Catarina

Confronto com PMs ocorreu na terça-feira à noite em Ipuacu, no oeste do Estado

CRISTIANO RIGO DALCIN
Diário Catarinense/Agência RBS

Um tiroteio entre índios caingangues e soldados do 2º Batalhão de Polícia Militar de Chapecó resultou na morte dos índios Abel Mendes, 54 anos, e Juarez Narsizo, 35. Outros dois indígenas e três policiais militares ficaram feridos e foram encaminhados aos hospitais Regional do Oeste, em Chapecó, e São Paulo, em Xanxerê. O conflito ocorreu na terça-feira à noite, na localidade de Aldeia Pinhalzinho, interior do município de Ipuacu, no oeste catarinense. O índio Julio Narsizo, 39, conhecido como Capitão, foi preso em flagrante pela PM, ao tentar socorrer um dos feridos, e encaminhado à Delegacia de Polícia de Xanxerê.

O confronto teve como ponto de partida as ameaças de morte feitas, na terça-feira à noite, pelo cacique Valdo Correia da Silva, 42 anos, contra o índio e agricultor Reni Mendes. Por telefone, o cacique afirmou que preten-

dia receber 35% da colheita da lavoura de soja do agricultor ainda na quarta-feira pela manhã. Porém, no momento do contato, 13 soldados da PM, comandados pelo major Luiz Roberto de Quadros, estavam na residência.

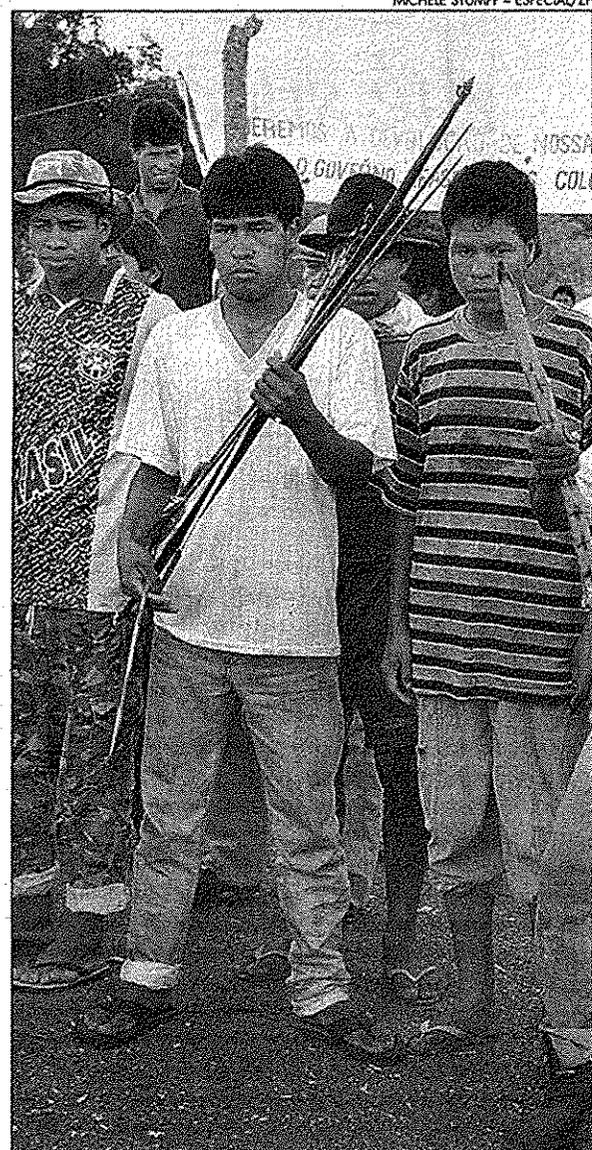
Acompanhados do irmão do agricultor, Abel Mendes, os soldados faziam um levantamento da área para cumprir um mandado de prisão contra o cacique Valdo e outro de busca e apreensão de armas na aldeia. Por volta das 22h15min, os soldados da PM ouviram gritos e constataram a presença do cacique na região, provavelmente na casa da mãe de Reni. Em seguida, o cacique e outros 15 índios foram até a residência de Reni.

Na versão apresentada pela PM, o cacique teria desembarcado de uma caminhonete Toyota, da Fundação Nacional do Índio (Funai), e declarado que "Reni deveria pagar a cota por ter plantado soja nas terras indígenas". Os outros índios estavam em um Gol, também com logotipo da Funai, e em um Corcel I. Na tentativa de intervir, o

major Quadros se identificou, mas recebeu como resposta disparos de revólver calibre 38 e 32. Depois de cinco minutos de fogo cerrado, os índios liderados pelo cacique Valdo fugiram pela mata, já sem munição.

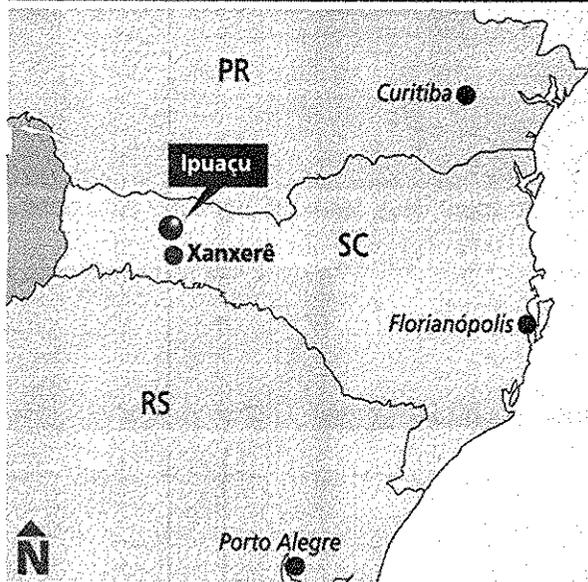
Baleado no pescoço, o índio Abel Mendes teve morte instantânea. O índio Juarez Narsizo foi alvejado no tórax e também morreu no local. Dos dois índios pertencentes ao grupo do cacique Valdo, apenas Valdenor Barbosa corre risco de vida. Daniel Benitez, 29, sofreu um corte numa das mãos. Ambos foram presos em flagrante.

O sargento Túlio Márcio Bueno, 29 anos, sofreu fratura exposta na perna direita. O soldado João Carlos Rodrigues teve mais sorte e sobreviveu a três tiros nas costas, com a ajuda do colete à prova de balas. O soldado Claudir Silvério Schmidt, 24, foi atingido de raspão na cabeça. Os policiais apreenderam dois revólveres, calibres 38 e 32. Também foram encontrados projéteis de espingarda 12 e de rifle calibre 38.



Protesto: índios interromperam rodovia na segunda-feira

O ATAQUE



O que aconteceu na noite de terça-feira em Linha Pinheirinha, município de Ipuacu:

- 1 - Soldados realizavam uma operação de desarmamento na reserva indígena
- 2 - Na residência do índio Reni Mendes, os PMS foram informados de que o cacique Valdo estaria extorquindo alguns índios. Enquanto os policiais ainda se encontravam na casa, onde também estava o índio Abel Mendes, o cacique telefonou para Reni
- 3 - Depois da conversa telefônica, o cacique Valdo comandou uma invasão à residência da mãe de Reni. Ao ouvir os gritos, Reni dirigiu-se para a casa da mãe, seguido pelos soldados
- 4 - Os índios e os PMS cercaram a casa, mas foram surpreendidos por tiros vindos do interior da residência, onde estava o cacique e outros índios. Enquanto os índios fugiam, sem munição, os soldados tentaram socorrer os feridos

Indígenas continuam bloqueando RS-324

ADREANE BECKER
Casa Zero Hora/Passo Fundo

Planalto - O prazo dado pela Justiça para que os índios caingangues e guaranis desobstruíssem a pista da RS-324 no km 20, em Planalto, no Alto Uruguai, havia se encerrado ontem ao meio-dia, mas foi prorrogado por mais 72 horas. A juíza Márcia de Oliveira Gavião ampliou o prazo para que os indígenas liberem o tráfego na rodovia, bloqueado desde segunda-feira. O pedido de prorrogação foi feito pelo promotor Marcelo Petry, do Ministério Público Estadual, e pelo procurador Rodolfo Krieger, do Ministério Público Federal, que ontem pela manhã participaram de uma reunião de negociação com representantes dos índios, com o diretor do Departamento de Relações Comunitárias da Secretaria da Justiça e da Segurança, Robson Mano, e com o prefeito de Planalto, Moacir Zilio (PPB).

À tarde houve novo encontro, porém sem avanços. Está agendada para amanhã, às 14h, em Porto Alegre, uma reunião entre representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Nacional do Índio (Funai), dos agricultores que moram nas terras reivindicadas pelos índios, dos ministérios públicos Federal e Estadual, do governo do Estado e dos indígenas. Eles reivindicam a posse de uma área de 34,9 mil hectares. Afirmam que, enquanto não forem criados grupos de trabalho formados pelas entidades para tratar da questão, a rodovia não será desbloqueada.

Na reunião da manhã, o prefeito Zilio tentou argumentar que o município de Planalto estava sendo prejudicado pelo bloqueio, sem ter nada a ver com a questão das terras indígenas. Conforme Zilio, existe risco de que a empresa Sadia cancele contratos com os produtores de frango da região, que utilizam a rodovia para transportar a produção.

Um cacique sob suspeita

ÂNGELA BASTOS
Diário Catarinense/Agência RBS

O cacique Valdo Correia da Silva, 42 anos, é um caingangue desconfiado. Com quase dois metros de altura, fala pouco, evita olhar as pessoas de frente e quase nunca anda só. Cercado por homens de confiança, raramente deixa a área da reserva. Há dois anos foi acusado de crimes de exploração, de trabalho escravo, de arrendamento de terras, de emissão irregular do salário-maternidade e de corrupção.

Contra o cacique pesavam também acusações de crime eleitoral - ele foi

vereador pelo PMDB em 1992 - e aliciamento de brancos para formação da "polícia interna". Valdo, como popularmente é conhecido, negou tudo. Mas não deixou de cometer represálias contra quem ele acreditava que o teria denunciado.

- O trabalho do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi por água abaixo - revela uma religiosa da Igreja Católica em Chapecó.

Pesquisadores das universidades catarinenses ligados à área de antropologia e sociologia passaram a ser

impedidos de entrar na reserva.

A situação é complexa, revela um servidor da Funai em Santa Catarina. As denúncias são feitas contra um índio (não-sujeito ao Código Penal Brasileiro), em princípio eleito pela própria comunidade e que está sob tutela da Funai. Se comete "exageros" e "submete seu povo à humilhação", é preciso que seja encontrada uma alternativa que "não acabe colocando em risco o povo que vive sob o seu comando", observa o funcionário da Funai.